



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 90/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA ME OU EPP

O **Município de Monsenhor Paulo-MG**, através do Departamento Municipal de Compras e Licitações, situado na Praça Cel. Flávio, nº 204, Centro, em Monsenhor Paulo, MG, CEP: 37.405-000, inscrita no CNPJ sob o nº 22.541.874/0001-99, TORNA PÚBLICO que se realizará na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, para registro de preços, do tipo Menor Preço por item, regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, pela Portaria nº 13/2016, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/1993, suas alterações posteriores e legislação complementar vigente, observadas, ainda, a Lei Complementar n.º 123/2006 e as condições do presente Edital e seus Anexos.

- **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA EVENTOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO.

- **CRENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES:** Dia 13/07/2016, às 10 horas.

- **ENDEREÇO:**
Prefeitura de Monsenhor Paulo – MG
Pça. Cel. Flávio, nº 204 – Centro
Monsenhor Paulo – MG
Departamento Municipal de Compras e Licitações e Licitações

- **ENTREGA:**As PROPONENTES poderão entregar, pessoalmente, o Documento de Credenciamento, a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, e os envelopes de Proposta Comercial e de Documentos para Habilitação ao Pregoeiro Oficial ou à Equipe de Apoio, no local, data e horários indicados acima.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



- **ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO:** Dia 13/07/2016, às 10 horas no endereço citado anteriormente.
- **CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS:** no Departamento Municipal de Compras e Licitações da Prefeitura de Monsenhor Paulo – MG, por e-mail licitação@monsenhorpaulo.mg.gov.br, no site: www.monsenhorpaulo.mg.gov.br ou via por telefone 35-3263-1320.
- **AVISOS SOBRE LICITAÇÃO:** Os avisos sobre esta licitação serão publicados no na *internet*, através do site www.monsenhorpaulo.mg.gov.br afixados no Quadro de Avisos localizado na entrada do Prédio da Prefeitura Municipal.
- **INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO:** As informações sobre o andamento da licitação e os resultados dos julgamentos e de recursos, se houver, serão publicadas no site da Prefeitura.
- **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:** Até 2 (dois) dias úteis, antes da data fixada para a abertura da sessão pública, interessados em participar poderão impugnar o ato convocatório do Pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciaram, obedecidas as disposições do subitem 9.1 deste Edital.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A cópia deste Edital estará disponível gratuitamente na *internet*, no site www.monsenhorpaulo.mg.gov.br (link Editais), ou poderá ser obtida na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Monsenhor Paulo-MG no horário de 09h às 16h.

1.2 As pessoas jurídicas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame, obrigam-se a acompanhar as publicações no site www.monsenhorpaulo.mg.gov.br, com vistas a possíveis alterações e avisos.

1.3 As consultas e os esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, através de correspondência, protocolizada no Departamento Municipal de Compras e Licitações e Licitações da Prefeitura Municipal ou pelo telefone 35-3263-1320.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



1.3.1 As consultas e os esclarecimentos serão respondidos pelo Pregoeiro, respeitada legislação pertinente.

1.3.2 As dúvidas e/ou esclarecimentos de caráter interpretativo, que não venham a influenciar no entendimento e participação de outras empresas, serão respondidas diretamente à(s) LICITANTE(S) através de fax, e-mail ou correspondência.

1.4 Constituem Anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência / Objeto da Licitação;

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO III – Minuta do Contrato;

ANEXO IV – Carta de Credenciamento;

ANEXO V - Declaração sobre Habilitação;

ANEXO VI - Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

ANEXO VII - Modelo de Proposta Comercial.

CAPÍTULO II

OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 Constitui objeto da presente licitação registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviço de locação de banheiros químicos para eventos diversos do Município de Monsenhor Paulo, conforme especificações e quantitativos no **Anexo I**.

CAPÍTULO III

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E IMPEDIMENTOS

3.1 Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, **exclusivamente Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006**, desde que satisfaçam as exigências deste Edital e seus Anexos.

3.1.1 É condição ainda, para participação na presente licitação, a entrega no local, data e horário indicados na folha de rosto deste Edital, dos seguintes documentos (separados):

a) Carta de Credenciamento (Anexo III), (conforme capítulo IV);

b) Declaração sobre Habilitação (Anexo IV), (conforme capítulo IV, subitem 4.4 e 4.4.1);

c) **Certidão expedida pela Junta Comercial ou Cartório para confirmação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;**

d) Envelope n.º 01 – Proposta Comercial (ver capítulo V);



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



e) Envelope n.º 02 – Documentos para Habilitação (ver capítulo VII).

3.1.2 Os envelopes indicados no subitem anterior deverão estar devidamente fechados e identificados em sua parte externa com os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 01

PROPOSTA COMERCIAL

À Prefeitura de Monsenhor Paulo - MG

Nome/Razão Social da Licitante/CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016- PROCESSO Nº 90/2016

ENVELOPE N.º 02

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

À Prefeitura de Monsenhor Paulo - MG

Nome/Razão Social da Licitante/CNPJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 – PROCESSO Nº90/2016

3.1.3 Para o caso da indicação acima referida apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes, ou mesmo inversão dos envelopes (Proposta no envelope de Documentação ou vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da LICITANTE do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não prejudique o andamento do processo.

3.1.4 Não serão aceitos documentos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

3.1.5 Os envelopes de Documentação para Habilitação e Proposta Comercial, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados se derem entrada no Protocolo do Departamento Municipal de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal até a data e hora definidas na folha de rosto deste Edital, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

3.2 A participação neste Pregão implica aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente Edital e seus Anexos.

3.3 A participação neste Pregão estará impedida às pessoas jurídicas que, na data prevista neste Edital para a entrega dos envelopes, encontrarem-se em qualquer uma das seguintes situações:

a) com falência decretada;

b) declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;

c) em suspensão temporária e impedidas de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Monsenhor Paulo;



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



3.3.1 A observância das vedações acima é de inteira responsabilidade da LICITANTE que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

CAPÍTULO IV

CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1 O credenciamento far-se-á por meio de Instrumento Público ou Particular de Procuração, com prazo de validade em vigor, ou por Carta de Credenciamento, conforme **Anexo III**, cujo modelo encontra-se disponível no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo, em cujos termos sejam outorgados ao procurador/credenciado os poderes necessários à prática de todos os atos pertinentes ao certame, inclusive formular lances verbais em sessão pública de pregão, bem como negociar preço diretamente com o Pregoeiro, rubricar propostas e documentos, manifestar a intenção de interpor recurso, ou renunciar ao direito de fazê-lo e assinar atas em nome da LICITANTE.

4.1.1 Nas hipóteses de credenciamento mediante Instrumento Particular de Procuração, é obrigatório o reconhecimento da(s) firma(s) do(s) respectivo(s) outorgante(s) por cartório competente, bem como a apresentação, no ato do credenciamento, dos documentos que lhe(s) comprove a titularidade dos poderes necessários à constituição do procurador ou representante credenciado (Registro comercial, Ato constitutivo, Estatuto, Contrato Social, Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou Decreto de Autorização, conforme cada caso).

4.1.2 Sendo o representante sócio, proprietário ou dirigente da empresa LICITANTE, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos os poderes necessários para, isoladamente ou em conjunto, exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2.1 No caso previsto no subitem 4.1.2, quando tratar-se de representante sócio, proprietário ou dirigente com poderes para exercer direitos e assumir obrigações em conjunto, torna-se necessária a apresentação de Carta de Credenciamento.

4.1.3 O horário e local de credenciamento estão definidos na folha de rosto deste Edital.

4.1.3.1 Após o horário limite, estabelecido para o fim do credenciamento, poderão ser aceitas novas licitantes desde que o Pregoeiro não tenha declarado aberta a Sessão do Pregão, conforme estabelecido no subitem 8.3.

4.2 O credenciado deverá identificar-se no ato de entrega dos envelopes.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



4.3 A LICITANTE que não apresentar o documento de credenciamento, nos termos definidos no subitem 4.1 e respectivos subitens, ficará impedida de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão e interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita, sendo-lhe resguardado o direito de assistir a sessão pública.

4.4 A LICITANTE deverá apresentar, no ato do credenciamento, a Declaração sobre a Habilitação, conforme exigido no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02.

4.4.1 Se a Declaração sobre a Habilitação não for apresentada no Credenciamento, deverá ser incluída no Envelope nº 01 – Proposta Comercial.

4.5 **Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte que poderá ser feita:**

4.5.1 **Mediante documentação que comprove a opção pelo Simples Nacional previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006;**

4.5.2 **No caso da empresa não-optante pelo Simples Nacional, mediante balanço patrimonial exigível para o exercício e que comprove as hipóteses dos subitens 7.7 e seguintes.**

4.5.3 **Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.**

4.6 Os documentos solicitados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada na forma da Lei ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

4.6.1 Os documentos apresentados em cópias não autenticadas somente serão considerados se acompanhados dos respectivos originais para autenticação pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio na sessão de abertura.

CAPÍTULO V

PROPOSTA COMERCIAL

5.1 A PROPOSTA COMERCIAL deverá ser encaminhada no ENVELOPE N.º 01, de acordo com a Planilha de Descrição dos Produtos/Proposta Comercial, contendo a identificação da LICITANTE (Nome/Razão Social e CNPJ), datada, devidamente assinada e rubricada pelo(s) representante(s) legal(ais), dela constando:

a) Por material especificado: preço unitário e preço total (os preços deverão ser grafados numericamente);

b) Valor por item grafado numericamente;

c) Validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação no protocolo do Departamento Municipal de Compras e Licitações e Licitações;



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



5.1.1 As propostas que omitirem o prazo previsto na alínea “c” do subitem 5.1 serão entendidas como válidas pelos prazos indicados nas referidas alíneas.

5.1.2 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, poderá ser solicitada prorrogação de validade a todas as licitantes classificadas, caso persista o interesse da Administração.

5.1.3 A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento da LICITANTE quanto à respectiva proposta.

5.2 No ENVELOPE N.º 01 – Proposta Comercial deverá ser apresentada, ainda:

5.2.1 Documentação que comprove os poderes de representação dos respectivos signatários (Estatuto, Contrato Social, etc.), salvo se já tiver sido apresentada na situação prevista no capítulo IV.

5.2.1.1 A LICITANTE deverá observar, conforme definido no Estatuto, Contrato Social, etc., os poderes para assinatura da proposta comercial (isoladamente ou em conjunto).

5.3 Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais e neles deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, transportes, material, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas e demais custos diretos e indiretos aplicáveis e constituirão a única remuneração pelo fornecimento do objeto desta licitação.

5.4 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.5 A apresentação da Proposta Comercial pressupõe o conhecimento e aceitação integral deste Edital e seus Anexos.

5.6 Ocorrendo divergência ou dúvida quanto aos valores unitários e totais propostos pela licitante, serão considerados como corretos os que apresentarem menor valor.

CAPÍTULO VI

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 A presente licitação será julgada e adjudicada à LICITANTE que ofertar o **Menor Preço Unitário** para a prestação do serviço observados os requisitos deste Edital, os previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06 e na legislação pertinente.

6.2 Às proponentes licitantes que apresentarem a proposta de menor preço Unitário e às licitantes com propostas de preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, ou ainda, não havendo pelo menos 3 (três) proponentes com ofertas nas condições definidas anteriormente, às autoras das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), será dada a oportunidade de oferecerem novos



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, objetivando a obtenção da melhor proposta, conforme disposto nos incisos VIII e IX da lei 10.520/02.

6.3 Na ocorrência de empate dentre as classificadas para participarem dos lances verbais conforme item 6.2, a ordem para esses lances será definida através de sorteio. Às Licitantes proclamadas classificadas será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

6.4 Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atendam os requisitos deste Instrumento Convocatório;
- b)** contenham em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeito de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito das demais licitantes, prejuízo à Administração Pública ou não impeçam a exata compreensão de seu conteúdo;
- c)** não atendam às exigências estabelecidas em diligências ou neste Edital;
- d)** tenham sido baseadas em outra proposta;
- e)** apresentem valores simbólicos, irrisórios ou zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no artigo 44, § 3º e artigo 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

6.5 Será desclassificada a proposta cujo valor não corresponda a todos os itens que o compõe.

6.6 Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

6.7 Havendo dúvidas quanto ao preço estimado, o Pregoeiro poderá realizar ou requisitar à área solicitante, à época do julgamento, novas pesquisas para confronto das ofertas de forma a produzir contraprova ou demonstrar um eventual equívoco da Administração.

6.8 Serão considerados preços inexequíveis os valores que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes são compatíveis com a execução do objeto.

6.9 O Pregoeiro, a seu critério e com justificado resguardo do interesse público consubstanciado no atendimento às necessidades da Administração, poderá solicitar à(s) LICITANTE(S) documentação que comprove a exequibilidade da proposta apresentada nos termos do disposto no subitem anterior.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



6.10 A não apresentação da documentação mencionada no subitem anterior, no prazo determinado pelo Pregoeiro, resultará na desclassificação da LICITANTE e provocará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) à mesma, calculada sobre o preço estimado da licitação.

6.11 Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.

6.12 O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetam o seu conteúdo.

CAPÍTULO VII

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1 O ENVELOPE N.º 02, ao ser entregue, deverá conter os seguintes documentos obrigatórios, com os prazos de validade em vigor:

7.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.2.1 Cédula de Identidade dos sócios proprietários do contrato social;

7.2.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.2.3 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.2.2.5 Alvará de funcionamento da empresa;

7.2.2.6 Prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa Jurídica – CNPJ.

7.3. – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE;

7.3.2 Para fins de comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal, deverá ser apresentada a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que inclua débito previdenciário;

7.3.3 Comprovante de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

7.3.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

7.4.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da empresa LICITANTE;



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



7.4.2 Naquelas comarcas em que já estiver implantado o Processo Judicial Eletrônico a licitante deverá apresentar certidões que comprovem a inexistência de processos falimentares tanto físicos quanto eletrônicos – PJe.

7.5 CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

7.5.1 Declaração de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da empresa, conforme **Anexo V**;

7.6 INFORMAÇÕES GERAIS

7.6.1 Os documentos solicitados poderão ser apresentados no original, em fotocópias autenticadas na forma da Lei, em publicação em jornal da Imprensa Oficial, ou em cópias não autenticadas, se acompanhados dos respectivos originais para autenticação pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio neste caso as licitantes deverão **comparecer com antecedência de 30 (trinta) minutos** do horário marcado para a sessão.

7.6.2 Quaisquer documentos apresentados em língua estrangeira deverão estar acompanhados das respectivas traduções oficiais juramentadas, inclusive quanto aos registros.

7.6.3 As certidões que não tenham expressa a sua validade pelos respectivos emitentes somente serão aceitas se expedidas há 90 (noventa) dias, no máximo, da data de abertura da sessão pública, ressalvados os documentos que, por natureza, possuam prazo de validade indeterminado.

7.6.4 A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

7.6.4.1 Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.6.4.2 A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

7.6.4.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

7.6.4.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93,



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos deste Edital, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

7.6.5 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

7.6.6 Todos os documentos apresentados para a licitação deverão estar com mesmo nome e CNPJ da proposta apresentada pela licitante, sob pena de inabilitação, devendo ser observado:

- a)** se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com CNPJ da mesma;
- b)** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com CNPJ da filial, exceto aqueles que, comprovadamente, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6.7 A Equipe de apoio do pregão efetuará consulta ao *sites* dos órgãos emissores dos documentos retirados da Internet para confirmar a autenticidade e para fins de habilitação.

CAPÍTULO VIII

FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS

8.1 No dia, horário e local estabelecidos na folha de rosto deste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão após ter recebido das LICITANTES participantes ou de seus representantes, a Carta de Credenciamento, com a respectiva documentação comprobatória, a Declaração sobre a Habilitação e a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, juntamente com os Envelopes de n.º 01 – Proposta Comercial e de n.º 02 – Documentos para Habilitação.

8.2 Não será admitida a atuação de mais de um representante para a mesma empresa ou de um mesmo representante para duas ou mais empresas.

8.3 Após o encerramento do credenciamento dos representantes das licitantes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novas licitantes. A sessão do Pregão desenvolver-se-á conforme segue:

8.3.1 Abertura dos envelopes de Proposta Comercial.

8.3.2 Análise, desclassificação das propostas que estejam em desacordo com o solicitado neste Edital e classificação das propostas que estejam em consonância com o exigido.

8.3.2.1 Após a análise das propostas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, as participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

8.3.3 Indicação das LICITANTES que participarão da rodada de lances verbais.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



8.3.3.1 Participará dos lances verbais a LICITANTE que apresentar menor preço e todas as demais cujas propostas situarem-se no limite de até 10% (dez por cento) acima do menor preço.

8.3.3.2 Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.3.4 A convocação para a oferta de lances, pelo Pregoeiro, terá como referencial os preços ofertados, levando em consideração o menor preço, iniciando-se com a LICITANTE ofertante de maior preço e finalizando com a ofertante de menor preço, devendo o lance ofertado cobrir o de menor preço já registrado pelo Pregoeiro.

8.3.4.1 Na hipótese de duas ou mais propostas escritas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas, será realizado sorteio pelo Pregoeiro para definir a ordem de apresentação dos lances verbais por seus representantes.

8.3.4.2 A rodada de lances verbais será repetida quantas vezes o Pregoeiro considerar necessário.

8.3.4.3 O Pregoeiro poderá fixar em até 30 (trinta) minutos o tempo máximo global para o fechamento dos lances, devendo avisar as LICITANTES quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

8.3.5.1 O Pregoeiro poderá fixar prazo máximo para única consulta do representante à sede da empresa para a oferta de lance.

8.3.6 Durante a etapa de lances verbais, o Pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexecutáveis ou excessivas.

8.3.7 A LICITANTE que não apresentar o seu lance, na forma indicada no subitem 8.3.4, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais e será mantido o último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

8.3.8 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço, com o estimado para a contratação.

8.3.9 No caso de equivalência dos valores apresentados e não havendo lances pelas licitantes, será realizado sorteio, entre essas empresas, para definir quem será o vencedor.

8.3.10 Será classificada em primeiro lugar a LICITANTE que, ao final da etapa de lances, ofertar menor preço.

8.3.12 Posteriormente, procederá à análise da proposta de menor preço no que tange à sua aceitabilidade quanto ao valor estimado da contratação e decidirá motivadamente a respeito,



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



desclassificando a proposta que estiver acima do preço teto estimado ou promoverá diligência conforme previsto no subitem 6.5.

8.3.12.1 O Pregoeiro deverá, para efeito da previsão indicada no subitem 8.3.12, comparar a proposta vencedora com os preços atuais praticados no mercado, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

8.3.13 Havendo apresentação de apenas uma oferta e desde que esta atenda aos termos deste Edital e seus Anexos, e que seu preço seja compatível com os praticados pelo mercado, esta poderá ser aceita, podendo o Pregoeiro negociar com a LICITANTE para que seja obtido melhor preço.

8.3.14 Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital e seus Anexos, o Pregoeiro poderá negociar com a LICITANTE para a obtenção de melhor preço, se for o caso.

8.3.15 Classificada a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação da LICITANTE, decidindo o Pregoeiro quanto à sua habilitação ou inabilitação, observado o disposto no art. 43 da Lei Complementar n.º 123/06, quando for o caso.

8.3.16 Se a LICITANTE não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até apuração de uma proposta aceitável, cujo proponente atenda a todas às exigências deste Edital e seus anexos.

8.3.17 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a LICITANTE será DECLARADA VENCEDORA.

8.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e nem a validade jurídica destes, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

8.5 Ao final da sessão, após declarada a vencedora pelo Pregoeiro, qualquer LICITANTE poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, devendo constar em ata a síntese das suas razões.

8.5.1 Ocorrendo o disposto no subitem anterior, a sessão será suspensa e adotados os procedimentos cabíveis, na forma do disposto no subitem 9.2 e seus subitens.

8.6 No caso da Sessão do Pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na Sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



8.6.1 Somente será considerada habilitada a LICITANTE que houver preenchido os requisitos de habilitação na data da sessão de abertura dos envelopes, ressalvada a possibilidade de regularização de documentação de regularidade fiscal por ME ou EPP, nos termos do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/06.

8.7 No caso de desclassificação ou inabilitação de todas as licitantes, o Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, conforme disposto no §3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO IX

IMPUGNAÇÃO E RECURSOS

9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, consultas ou impugnar o ato convocatório do Pregão, apontando as falhas e irregularidades que o viciariam, devendo a Administração, através do Pregoeiro Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.1 A apresentação de impugnação após o prazo estipulado no subitem anterior não a caracterizará como tal, recebendo tratamento como mera informação.

9.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

9.2 Dos atos e decisões relacionados com o Pregão, cabe recurso nos seguintes casos:

9.2.1 resultado do julgamento da proposta de preço e/ou da habilitação da LICITANTE vencedora;

9.2.2 anulação ou revogação do Pregão.

9.3 A manifestação da intenção de interpor recurso de que trata a alínea "a" do subitem 9.2.1 deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, observado o disposto nos subitens seguintes:

9.3.1 A falta de manifestação imediata e motivada de recorrer importará decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizada a adjudicar o objeto da licitação à LICITANTE vencedora.

9.3.2 Será concedido o prazo de até 3 (três) dias para apresentação das razões relacionadas à intenção manifestada, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão ao término daquele prazo, sendo-lhes assegurados vista imediata aos autos.

9.3.3 A não apresentação de razões configurará a desistência do direito de recorrer.

9.3.4 Não serão aceitos como recursos as alegações que não se relacionem com as razões indicadas pela LICITANTE na sessão pública.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



9.3.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 Os recursos deverão ser apresentados pelo representante legal ou credenciado da LICITANTE, devidamente comprovados, e dar entrada no Departamento Municipal de Compras e Licitações e Licitações até as 16h do dia de seu respectivo vencimento.

9.4.1 Não serão considerados recursos enviados por fax ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

9.4.2 Os recursos ou impugnações, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadoras etc.), somente serão considerados se derem entrada no Protocolo do Departamento Municipal de Compras e Licitações e Licitações da Prefeitura até a data e hora definidas no subitem 9.4, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

CAPÍTULO X

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto do Pregão à LICITANTE declarada vencedora, com posterior homologação do resultado pelo Prefeito Municipal.

10.2 Após interposto recurso e decidido, o Pregoeiro divulgará a decisão, mediante publicação no www.monsenhorpaulo.mg.gov.br. O Pregoeiro e sua equipe de apoio adjudicará o objeto à LICITANTE vencedora e o Prefeito Municipal homologará o procedimento licitatório.

CAPÍTULO XI

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÃO

11.1 A licitante classificada em primeiro lugar de cada item será convocada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

11.2 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, procurador, diretor ou sócio da EMPRESA, devidamente acompanhado, respectivamente, de procuração ou Contrato social e cédula de identidade.

11.3 A hipótese de não atendimento à convocação, para assinatura da Ata de Registro de Preços ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Administração, desde que haja conveniência, proceder ao chamamento das demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas e desde que o fornecimento seja feito nas mesmas condições da primeira classificada.

11.4 Os atos decorrentes da nova convocação a que se refere o item 15.3, serão realizados com a convocação direta das licitantes remanescentes classificadas para a análise da aceitabilidade do



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



preço, e se for o caso, a abertura do respectivo envelope “DOCUMENTAÇÃO”, com observância de todos os termos previstos neste Edital.

11.5 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a LICITANTE vencedor do certame, doravante denominada ADJUDICATÁRIA, de acordo com a demanda de serviços da Prefeitura de Monsenhor Paulo, será convocada para assinatura do Contrato.

11.5.1 A ADJUDICATÁRIA terá o prazo de 5 (cinco) dias, após a convocação, para assinar o Contrato.

11.6 No ato da assinatura do Contrato, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar ao Departamento Municipal de Compras e Licitações e Licitações:

11.7 A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA para assinatura do Contrato, será configurado como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato.

11.8 Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação para assinatura do Contrato ou deixando de fazê-la por qualquer motivo a ela imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, observada a ordem de classificação, caso não haja interesse da Administração na realização de nova licitação, nos termos do inciso XXIII, do art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/02.

11.8.1 Na convocação das LICITANTES remanescentes será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, devendo a(s) convocada(s) apresentar(em) os Documentos de Habilitação cujas validades tenham-se expirado no prazo transcorrido desde a data da primeira sessão no prazo de 05 cinco dias.

11.9 O disposto no subitem 11.3 se aplica também às LICITANTES remanescentes convocadas para assinar o Contrato, caso o prazo de validade de sua proposta não tenha exaurido.

CAPÍTULO XII

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 São obrigações da Adjudicatária, além de outras decorrentes da legislação ou da natureza do objeto licitado:

12.1.1 Responsabilizar-se-á pela prestação dos serviços em estrita conformidade com as especificações exigidas neste Edital.

12.1.2 - Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros decorrentes dos serviços constantes do presente contrato.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



12.1.3 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela contratada, seus empregados ou prepostos, ao contratante ou a terceiros.

12.1.4 - Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública.

CAPÍTULO XIII DAS PENALIDADES

13.1 Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Monsenhor Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento convocatório e demais penalidades legais, a licitante que:

13.1.1 não assinar o contrato no prazo do edital.

13.1.2 apresentar documentação falsa;

13.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

13.1.4 retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

13.1.5 não mantiver a proposta;

13.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

13.2 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

13.2.1 Pelo atraso injustificado, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pela permanência do atraso ou fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;

13.2.2 Pela inexecução parcial ou total do contrato:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor homologado;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a o Município de Monsenhor Paulo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



13.30 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Monsenhor Paulo à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

13.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 13.2.2 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

CAPÍTULO XIV DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado à Contratada de conformidade com os serviços prestados, em até 30 (trinta) dias após o recebimento e inspeção do serviço prestado pelo Setor de Comunicação do Gabinete do Prefeito, condicionado à apresentação da Nota Fiscal.

14.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

14.3 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto da licitação.

14.4 A nota fiscal será emitida indicando no seu corpo número do processo licitatório e sua respectiva modalidade, além do nome e número do banco, número da conta corrente para depósito do pagamento e os seguintes dados:

Nominal a: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR PAULO - MG
Endereço: Praça Cel. Flávio, nº 204
C.N.P.J.: 22.541.874/0001-99

14.5 Havendo irregularidade na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

14.6 O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente da Contratada. A Contratante não utilizará outra forma de pagamento.

14.7 A despesa decorrente da presente licitação será provida pelo seguinte recurso:

Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte
02.04.03.13.392.0009.2032.33.90.39.00	154	100



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



CAPÍTULO XV

DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior:

a) proceder consultas ou diligências que entender cabíveis, interpretando as normas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

b) relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos para fins de habilitação e classificação da LICITANTE, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da Proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da Licitação;

c) convocar as LICITANTES para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas.

15.2 Não será necessária nova apresentação de qualquer documento que porventura tenha sido exigido em fase anterior.

15.3 Nenhuma indenização será devida às LICITANTES pela apresentação da documentação ou elaboração das propostas de que trata o presente Edital.

15.4 Os termos dispostos neste Edital e os constantes dos demais Anexos se completam, reportando um instrumento ao outro em caso de dúvidas ou omissões.

15.5 Todos os procedimentos relativos à presente licitação, inclusive quanto aos casos omissos, se subordinam aos princípios e disposições contidas nas legislações mencionadas no preâmbulo deste Edital.

15.6 Fica eleito o foro da Comarca de Varginha, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Monsenhor Paulo, 28 de junho de 2016.

Marcelino Felipini Silva

Pregoeiro



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA / OBJETO DA LICITAÇÃO

1 - Serviços de locação de banheiros químicos, conforme descrição e especificação abaixo:

Item	Descrição	Un	Qtd	Vlr Un	Vlr total
01	Locação de sanitário químico sem manutenção	SV	80	R\$ 166,66	R\$ 13.332,80
02	Locação de sanitário químico com manutenção	SV	300	R\$ 191,66	R\$ 57.498,00
Total geral				R\$ 70.830,80	

2 – Justificativa: Justifica-se a contratação de locação dos banheiros químicos pelo fato dos eventos citados contar com um grande número de pessoas. Com isso, necessita-se de banheiros químicos para que o ambiente esteja limpo e promova um maior conforto à população que desfrutará dos eventos.

A locação de banheiro químico comum é destinado à eventos de curta duração, de 1 a 2 dias, que não necessita de manutenção. Já a locação de banheiro químico com manutenção é destinado à eventos de maior duração, acima de 3 dias, que necessita de remoção dos dejetos, lavagem e higienização.

Nos valores já estão inclusos frete, montagem, manuteções e impostos.

3 – Condições de fornecimento: Nos eventos listados abaixo:

- *Cavalgada: dia 17 de julho de 2017;*
- *Festa do Rosário: de 11 a 21 de agosto de 2017;*
- *Aniversário da cidade: dia 08 de dezembro de 2017;*
- *Reveillon 2016/2017;*
- *Carnaval Antecipado de Monsenhor Paulo 2017;*
- *Dia do trabalhador 2017;*
- *Evento do Hospital.*



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



4 – Local de prestação dos serviços: Conforme constar na Autorização de Serviço.

5 – A empresa contratada ficará responsável pela instalação e manutenção dos equipamentos necessários à efetiva prestação dos serviços.

CLEDISON DO SACRAMENTO

Setor de Comunicação



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Presencial nº 40/2016 que entre si celebram o Município de Monsenhor Paulo e a empresa _____

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO - MG** neste ato designado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 22.541.874/0001-99, com sede na Praça Cel Flávio, 204, centro, CEP 37.405-000, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **MARCO ANTÔNIO MUNIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da RG sob o nº 13.163.176 SSP-MG e inscrito no CPF sob o nº 464.815.756-72, residente e domiciliado na cidade de Monsenhor Paulo-MG, e a empresa xxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxx, com sede na, representada neste ato pelo Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Representante Legal, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade n. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominado apenas por FORNECEDOR, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I. DO OBJETO

1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto registrar o preço para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PARA EVENTOS DIVERSOS DO MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO**, durante a vigência desta ARP, deverá ser praticado pela empresa vencedora os preços e condições estabelecido nesta ataa e demais regras pertinentes ao objeto e forma de contratação, conforme Termo de Referência, no ANEXO I do Edital de Pregão.

2. A existência do valor registrado não obriga o Município a utilizar o serviço que dele poderá advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie.

3. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Pregão de Registro de Preços 040/2016, do Termo de Referência e da proposta da contratada, prevalecendo os primeiros.

CLÁUSULA II. DOS SERVIÇOS E DO VALOR REGISTRADO

1. A descrição da quantidade estimada e o valor estimado a ser despendido durante o período de vigência desta Ata de Registro de Preços, estão os indicados abaixo:



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



Item	Descrição	Un	Qtd	Vlr Un	Vlr total
01	Locação de sanitário químico sem manutenção	SV	80	R\$	R\$
02	Locação de sanitário químico com manutenção	SV	300	R\$	R\$
Total geral				R\$	

2. As demais normas relativas à descrição dos serviços contratados constam no Edital.

CLÁUSULA III. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA IV. DA ALTERAÇÃO DO VALOR REGISTRADO

1. A contratada poderá solicitar a alteração do valor registrado, nos termos da legislação pertinente.

2. É de responsabilidade da contratada a apresentação ao Município da documentação necessária à comprovação da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, e, portanto, da necessidade de alteração do valor registrado.

3. O Município analisará a documentação probatória apresentada pela contratada, de modo a verificar o cabimento da alteração pretendida.

4. Mesmo se confirmado o cabimento da alteração, o Município poderá negociar com a contratada para obtenção de proposta que lhe seja mais vantajosa.

5. Não havendo êxito na negociação, o Município poderá liberar a contratada do compromisso assumido, e, a seu critério, convocar os demais participantes da licitação visando igual oportunidade de negociação.

6. A alteração do valor registrado também será cabível quando se verificar que este se tornou superior ao praticado no mercado.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



CLAÚSULA V. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

1. A contratada terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar contrato, retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar diminuir o valor registrado, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes ou decorrentes de disposição legal e de comprovada repercussão;
- d) Tiver presentes razões de interesse público.

2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

3. A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLAÚSULA VI. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Será convocada a fornecedora para apresentar justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação, pelo descumprimento de cláusulas desta Ata e do Termo de Referência inerentes à licitação, sob pena da aplicabilidade das sanções estabelecidas abaixo, garantidas a ampla defesa e o contraditório.

1.1. Será aplicada ADVERTÊNCIA nos casos literalmente indicados nesta Ata, e nos casos de incorreções de menor gravidade, tais como:

- a) quando a empresa deixar de encaminhar toda a documentação necessária para o pagamento;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa nesta Ata.

1.2. Será aplicada MULTA:

- a) de 5% (cinco por cento), sobre o valor total empenhado, em caso de atraso na prestação dos serviços ou serviços prestados inadequadamente;
 - a1) considera-se atraso a chegada dos seguranças ou brigadistas fora do horário estabelecido;



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



a2) considera-se inadequado o serviço prestado em desatendimento com as especificações do termo de referência – anexo I do edital.

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total empenhado, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total empenhado se a fornecedora negar-se a prestar o serviço, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Município, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta Ata, levar o Município ao cancelamento desta ARP, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

1.2.1. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

1.3. Será aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

1.3.1. Se a Contratada, por atrasos sucessivos e não justificados, levar o Município a rescindir a ARP.

1.3.2. Se a Contratada deixar de cumprir definitivamente obrigação prevista nesta ARP ou Termo de Referência.

1.4. Será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, expedida na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o Município, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevindo.

1.4.1. A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o Município pelos prejuízos eventualmente causados.

2. Da aplicação das sanções de multa e suspensão, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do Município Eleitoral.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



2.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

CLÁUSULA VII - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O gerenciamento desta Ata de Registro de Preços será feito pelo Departamento de Compras e Licitação através do respectivo departamento competente, que requisitará os materiais; fiscalizará o fornecimento, a entrega e o recebimento definitivo dos materiais; realizará a conferência dos valores, o controle de pagamento, o controle do saldo de empenho e contratual; atestará a nota fiscal; e responsabilizar-se-á pela execução desta ata, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93) comunicando à autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

CLÁUSULA VIII. DAS DEMAIS CONDIÇÕES

1. As normas relativas a condições de fornecimento, fiscalização dos serviços, emissão de nota fiscal/fatura, pagamento, direitos e deveres das partes, bem como outras pertinentes à contratação constam do Edital do Pregão de Registro de Preços 55/2014.

CLÁUSULA IX. DO FORO

1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente na forma da Lei o foro da Comarca de Varginha/MG, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Monsenhor Paulo, ... dede 2016.

Município de Monsenhor Paulo

Contratada

Testemunhas:

1. Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

**MINUTA DE CONTRATO Nº _____/2016 -
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO E QUE
ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO
E _____.**

CLÁUSULA I - DAS PARTES E FUNDAMENTOS

1.1 DA CONTRATANTE

1.1.1 O MUNICÍPIO DE MONSENHOR PAULO – MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 22.541.874/0001-99, com sede na Praça Cel. Flávio, nº 204, Centro, em Monsenhor Paulo, MG, CEP: 37.405-000, neste ato representado pelo prefeito municipal, MARCO ANTÔNIO MUNIZ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador da identidade 13.163.176 e inscrito no CPF sob o nº 464.815.756-72, residente e domiciliado na cidade de Monsenhor Paulo-MG, CEP: 37.405-000.

1.2 DA CONTRATADA

1.2.1

1.3 DOS FUNDAMENTOS

1.3.1 A presente contratação decorre do Processo Administrativo Licitatório Nº 90/2016 – Pregão Nº 40/2016, e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado e em conformidade com o edital, termo de referência e demais documentos que o compõem.

CLAUSULA II - DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de banheiro químico para o evento _____, que se realizará nos dias _____, no local _____, neste Município de Monsenhor Paulo.

CLÁUSULA III - DO PRAZO, DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1- DO PRAZO



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



3.1 O presente contrato terá vigência de _____ dias, iniciando a vigência na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos nos termos dos arts.57, II e 65 da Lei 8.666/93.

3.2 DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.2.1 O valor total do presente é de R\$_____ (_____).

3.2.2 O pagamento será efetuado mensalmente à Contratada de conformidade com a execução dos serviços realizados, em até 15 (quinze) dias após o recebimento e inspeção do objeto licitado pelo Almojarifado, condicionado à apresentação da Nota Fiscal Eletrônica.

3.2.3 A Contratada fica obrigada a entregar a nota fiscal no Departamento Municipal de Compras e Licitações do Município de Monsenhor Paulo, fazendo constar da mesma a discriminação dos produtos, os valores e a referência ao número do processo licitatório.

3.2.4 O preço será fixo e irrevogável e, em nenhuma hipótese, haverá pagamento adiantado.

CLÁUSULA IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 O recurso necessário ao objeto do presente Contrato ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte
02.04.03.13.392.0009.2032.33.90.39.00	154	100

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da Contratada, além de outras decorrentes da natureza do presente instrumento:

5.1.1 Responsabilizar-se-á pela execução do serviço no presente contrato, na forma e nas condições determinadas pela Administração.

5.1.2 Responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação, necessários à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista.

5.1.3 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros.

5.1.4 Manter, durante a execução, a regularidade perante a Fazenda Pública.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



6.1 São obrigações da Contratante, além de outras decorrentes da natureza do presente instrumento:

6.1.1 Fiscalizar a execução do contrato.

6.1.2 Efetuar pagamento à Contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal/Fatura, de conformidade com as autorizações expedidas pelo Executivo Municipal.

CLÁUSULA VII - DAS MODIFICAÇÕES E/OU ALTERAÇÕES

7.1. Qualquer modificação de forma ou quantidade (acréscimos ou redução) do objeto do presente contrato, poderá ser determinada pelo Município de Monsenhor Paulo, mediante assinatura de Termos Aditivos, observadas as normas legais vigentes.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

8.1 Compete ao Departamento Municipal de Compras e Licitações, expedir a autorização de serviço à Contratada e ao Chefe do Setor de Comunicação receber e atestar as faturas (notas fiscais) emitidas pela prestação do serviço.

8.2 A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Chefe do Setor de Comunicação.

CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

9.2.1 Pelo atraso injustificado, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pelo atraso no recolhimento da multa;

9.2.2 Pela inexecução parcial ou total do contrato:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor homologado;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a o Município de Monsenhor Paulo, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



9.3 O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Monsenhor Paulo à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

9.4 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 11.2.2 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

CLÁUSULA X - DA RESCISÃO

10.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

10.1.1 determinada pela Administração Municipal, após processo regular, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos do art. 78, I a XII e XVII, da Lei de Licitações;

10.1.2 amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração Municipal;

10.1.3 judicial, nos termos da legislação.

10.2 No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à Contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA XI - DO FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Varginha, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à execução do presente contrato administrativo, com renúncia expressa de qualquer outro por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Monsenhor Paulo, _____ de _____ de 2016.

Marco Antônio Muniz de Oliveira

Contratante

Nome

Contratada

TESTEMUNHAS: 1 - _____ CPF _____
2 - _____ CPF _____



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



ANEXO IV – CARTA DE CREDENCIAMENTO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo

A/C Pregoeiro

Referência: Pregão Presencial ____/2016

Prezada Senhora,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o N° _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão ____/2016, vem perante Vossa Senhoria credenciar o Sr. _____, RG _____, como representante qualificado a participar de todos os atos relativos à referida licitação, inclusive com poderes expressos para oferecer lances e apresentar ou desistir da interposição de recursos, nos termos do artigo 109 da Lei N° 8666/93.

Atenciosamente,

NOME

Representante Legal da Licitante



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À HABILITAÇÃO

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo

A/C Pregoeiro

Referência: Pregão Presencial ____/2016

Prezado Senhor,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão ____/2016, vem perante Vossa Senhoria DECLARAR que não existem impedimentos à habilitação da mesma na presente licitação.

Atenciosamente.

NOME

Representante Legal da Licitante



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 7º, XXXIII, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(Local e data)

À

Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo

A/C Pregoeiro

Referência: Pregão Presencial ____/2016

Prezada Senhora,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão ____/2016 e no inciso V do art. 27 da Lei 8666/93, vem perante Vossa Senhoria **DECLARAR** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

Atenciosamente,

NOME

Representante legal da empresa



PREFEITURA DE MONSENHOR PAULO - MG

Praça Coronel Flávio, 204, Centro, CEP 37405-000

CNPJ 22.541.874/0001-99

Fone (35) 3263-1320 / Fax (35) 3263 1322



ANEXO VII
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Item	Descrição	Un	Qtd	Vlr Un	Vlr total
01	Locação de sanitário químico sem manutenção	SV	80	R\$	R\$
02	Locação de sanitário químico com manutenção	SV	300	R\$	R\$
Total geral				R\$	

1 – Condições de fornecimento: Quando solicitado.

2 – Local de prestação dos serviços: No local dos eventos.

3 – A empresa ficará responsável pela instalação e manutenção dos equipamentos necessários à efetiva prestação dos serviços.

Validade da proposta: 60 dias

Monsenhor Paulo, data.

Representante Legal da empresa